



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO

NÍVEL SUPERIOR – TARDE – 30/08/2026

PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO (GRUPO 2)

PROVA DISCURSIVA
TIPO 1



SUA PROVA

Além deste caderno contendo **1 (uma)** peça e **3 (três)** questões discursivas, você receberá do fiscal de prova as folhas de textos definitivos.

A peça deverá ser redigida com o máximo de **40 (quarenta)** linhas e cada questão discursiva com o máximo de **20 (vinte)** linhas.



TEMPO

- **4 (quatro) horas** é o período disponível para a realização da prova, **já incluído o tempo para o preenchimento das folhas de textos definitivos.**
- **3 (três) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões nem qualquer tipo de anotação de suas respostas.
- **30 (trinta) minutos** antes do término do período de prova, é possível retirar-se da sala, **levando o caderno de questões.**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja este caderno de questões.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se este caderno de questões está completo e sem falhas de impressão. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Na folha de respostas, confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preencher as folhas de textos definitivos.
- **Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.**
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) nas folhas de textos definitivos.
- Confira o tipo do seu caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de questões com tipo **diferente** do impresso em suas folhas de textos definitivos, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- O preenchimento das suas folhas de textos definitivos é de sua responsabilidade e não será permitida a substituição das folhas de textos definitivos em caso de erro.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas os escritos nas folhas de textos definitivos.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa prova!

Peça Processual (Direito Processual Civil)

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por intermédio da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Verde, instaurou procedimento administrativo, nos termos da Resolução nº 174/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público, para acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, a implementação da política pública de gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos do Município de Campo Verde, ente local com aproximadamente quarenta e cinco mil habitantes.

O procedimento foi instruído com laudos do órgão ambiental estadual e com perícia técnica requisitada pelo próprio órgão de execução do Ministério Público, os quais comprovaram que, há mais de vinte anos, a integralidade dos resíduos sólidos urbanos coletados no território municipal é depositada em vazadouro a céu aberto (lixão), instalado em área contígua a córrego que abastece comunidades rurais e situado a menos de um quilômetro de bairro residencial densamente povoado.

Os laudos técnicos atestaram, de modo conclusivo que: (i) há contaminação do solo e do lençol freático por chorume, com comprometimento da qualidade da água utilizada pelas comunidades vizinhas; (ii) ocorre queima recorrente de resíduos, com emissão de fumaça tóxica sobre a área urbana; (iii) verifica-se proliferação de vetores, associada ao aumento comprovado de atendimentos na rede municipal de saúde por doenças correlatas; e (iv) cerca de sessenta catadores de materiais recicláveis, entre os quais crianças e adolescentes, ingressam diariamente no interior do lixão sem qualquer equipamento de proteção individual.

No curso do procedimento administrativo, o Município foi notificado e compareceu à reunião designada pela Promotoria de Justiça. Em seguida, foi expedida Recomendação para que apresentasse plano de encerramento do lixão, de implementação de sistema de gestão integrada de resíduos sólidos e de destinação final ambientalmente adequada dos rejeitos. O Município, entretanto, não atendeu à Recomendação, permanecendo inerte e deixando transcorrer o prazo sem apresentar qualquer plano ou adotar as medidas recomendadas. Posteriormente, o Ministério Público propôs Termo de Ajustamento de Conduta com cronograma dilatado e obrigações escalonadas. O Prefeito recusou expressamente sua assinatura, invocando a ausência de recursos orçamentários e sustentando que a matéria configura política pública insindiacável pelos órgãos de controle, sob pena de violação ao princípio da separação dos poderes.

Os prazos previstos na Política Nacional de Resíduos Sólidos para a disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos encontram-se integralmente esgotados. Além disso, o Município não dispõe de Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, embora transcorrido o prazo legal para sua implementação.

A comarca de Campo Verde possui três varas, sendo duas varas cíveis, com competência comum, e uma vara criminal.

Diante desse quadro, na condição de Promotor de Justiça em exercício na 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Verde, elabore a peça processual adequada à tutela dos direitos violados na hipótese.

Necessário frisar que é vedada a criação de fatos novos. Ademais, é dispensada a transcrição literal de dispositivos legais, bem como a indicação de endereços e de dados de qualificação não fornecidos no enunciado.

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

Questão Discursiva 1 (Direito Processual Civil)

O Ministério Público instaurou procedimento para apurar notícia de que determinado Município mantém, há anos, extensa fila de espera para atendimento terapêutico de crianças e adolescentes com deficiência, sem fluxo administrativo transparente para triagem, priorização e acompanhamento dos casos. Durante a apuração, foram juntados relatórios técnicos, ouvidos familiares e expedidas recomendações ao gestor municipal, sem solução satisfatória. O Município reconhece a insuficiência do serviço, mas sustenta que o problema decorre de limitação orçamentária e de ausência de profissionais disponíveis.

Considerando a situação narrada e o regime do processo civil coletivo, responda fundamentadamente.

- a) A instauração de inquérito civil é condição obrigatória para o ajuizamento de ação civil pública pelo Ministério Público? Indique sua natureza jurídica, sua finalidade e seus limites probatórios.
- b) É possível a utilização de técnicas consensuais, inclusive termo de ajustamento de conduta, para enfrentar a omissão administrativa descrita? Esclareça a natureza jurídica do TAC e as consequências de seu descumprimento.
- c) A sentença que imponha ao Município obrigações de fazer consistentes na elaboração e execução de plano de ação, com metas e cronograma, sujeita-se à remessa necessária?

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

Questão Discursiva 2 (Direito Civil e Direito Empresarial)

A ByteRede, provedora de aplicações de internet, controlada por sociedade estrangeira, que explora rede social no Brasil, deparou-se com as situações descritas a seguir.

- I. O usuário @lucro.fácil publicou anúncios para induzir os seguidores a participarem de um esquema que, posteriormente, revelou-se um golpe financeiro de grandes proporções, caracterizador do crime de estelionato.
- II. A conta @banco.oficial, denunciada por diversos usuários como perfil falso (não autêntico) e que se passava por instituição financeira, permaneceu ativa.
- III. O perfil @ofensivo divulgou publicações injuriosas contra a empresária Helena, ofendendo-lhe a honra.
- IV. Um terceiro contratou impulsionamento pago na ByteRede para difundir conteúdo ilícito.

Considerando as teses fixadas pelo Supremo Tribunal Federal nos Recursos Extraordinários nº 1.037.396 e nº 1.057.258 (Temas 987 e 533 da repercussão geral), responda fundamentadamente:

- a) Indique o novo regime de responsabilidade civil dos provedores de aplicações de internet por conteúdos publicados por terceiros, abordando: (i) a constitucionalidade do artigo 19 da Lei nº 12.965/2014 (Marco Civil da Internet); e (ii) a regra geral de responsabilização em casos de crimes ou atos ilícitos praticados por terceiros, o dever de diligência qualificada e a natureza da responsabilidade civil dos provedores; e
- b) Analise se a ByteRede pode ser responsabilizada civilmente em cada uma das quatro situações narradas, abordando a necessidade de notificação (extrajudicial ou judicial) pela parte interessada ou, ainda, a exigência de decisão judicial prévia, bem como em que condições a plataforma pode eximir-se.

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

Questão Discursiva 3 (Direito da Infância e Juventude)

Mariana e Rogério, casal com sete filhos e em severa dificuldade financeira e familiar, descobriram, no quinto mês de gestação do oitavo filho, que não teriam condições de criá-lo. Ainda durante a gravidez, compareceram espontaneamente ao Setor Técnico da Vara da Infância e Juventude da comarca e manifestaram, de forma livre e consciente, a intenção de entregar a criança para adoção assim que nascesse.

Após o nascimento de Sofia, e ainda na maternidade, a equipe interprofissional confirmou com Mariana a manutenção da vontade manifestada. Dias depois, em audiência judicial, Mariana e Rogério foram ouvidos pessoalmente pelo juiz, na presença do Ministério Público. Ambos confirmaram, de modo inequívoco, a decisão de entregar a filha para adoção, tendo sido expressamente advertidos de que o consentimento seria irretratável a partir daquele ato e de que dele decorreria a extinção do poder familiar.

Na sequência, Sofia foi encaminhada, ainda na primeira semana de vida, à guarda provisória de Adriana e Felipe, casal regularmente habilitado no Cadastro Nacional de Adoção. Instaurado o processo de adoção, foram realizados estudos psicossociais integralmente favoráveis, o Ministério Público opinou pela procedência do pedido, e sobreveio sentença julgando procedente a adoção, com a consequente extinção do poder familiar de Mariana e Rogério. A sentença transitou em julgado.

Nove dias após a publicação da sentença, Mariana e Rogério apresentaram petição nos autos manifestando arrependimento, com fundamento no art. 166, § 5º, do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), alegando terem, na época da audiência, agido sob intenso sofrimento emocional decorrente da situação financeira da família, e requerendo a revogação da adoção com a consequente devolução de Sofia à família natural.

Em razão de sucessivos incidentes processuais e recursos, a discussão sobre o pedido de arrependimento somente foi definitivamente solucionada quatro anos depois. Durante todo esse período, Sofia permaneceu ininterruptamente sob os cuidados de Adriana e Felipe, com quem desenvolveu vínculo afetivo estável, encontrando-se, ao final do processo, integralmente inserida na rotina escolar, familiar e social dessa família.

Com base nos elementos narrados, na legislação de regência e na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, responda, de forma fundamentada, ao exposto a seguir.

- a) O exercício, pelos pais biológicos, do arrependimento previsto no art. 166, § 5º, do ECA, quando manifestado dentro do prazo legal, impõe a devolução automática da criança à família natural? Analise a questão indicando o princípio constitucional em tensão com esse direito, e explique como devem ser conciliados.
- b) Suponha, agora, uma situação diversa: em vez do pedido de arrependimento formulado pelos pais biológicos, é uma tia-avó de Sofia — sem qualquer convivência ou vínculo afetivo prévio com a criança — quem, tempos depois da colocação em família substituta, requer a guarda da menina invocando a prioridade legal da família extensa. Essa pretensão deveria ser acolhida? Em que circunstância fática e processual a solução poderia ser diferente?

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

Realização

